

Arlene Maria Cordeiro
Gondim de Paiva¹
Augediva Jucá Pordeus²

Inserção do Menor no Mercado de Trabalho de Fortaleza

1 Professora Adjunto do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Estadual do Ceará e Técnica do Departamento de Epidemiologia da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará.

2 Professora Adjunto do Centro de Ciências da Saúde da Universidade de Fortaleza e Técnica do Departamento de Epidemiologia da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará.

RESUMO

A história do ingresso prematuro de crianças e adolescentes no mercado de trabalho não é recente e reflete uma das estratégias de sobrevivência das famílias de classe mais baixa na pirâmide social. Estudou-se indicadores sociais de trabalhadores mirins do mercado formal e informal de Fortaleza no período de julho a dezembro de 1997, através de informações do SINE-Ce. O trabalho familiar e o particular foram os que absorveram o maior contingente de crianças e adolescentes no mercado. Cerca de 42,1%, não estavam estudando, entre outros motivos citados, a necessidade econômica da família e os pais não poderem pagar a escola. Concluiu-se que os fatores econômicos e sociais são os grandes marcadores na entrada e permanência de menores no mercado de trabalho de Fortaleza.

Palavras-chave: Menor; Mercado de Trabalho.

ABSTRACT

The history of the precocious inserction of children and adolescents in the world of work is not recent and reflects one of the survivence strategies of families belonging to the lowest level of the social pyramid. We studied social indicators of young workers in the formal and informal work market in the period from july to december 1997 thorough information obtained in the SINE-Ce. Family work and working for private persons were the ones that absorved the biggest number of children and adolescents in the market. Almost 42,1% of them were not at school dure to, among other reasons, the economic needs of the family and the fact that parents could not afford school. It was concluded that the economic and social factors are the greatest responsible for the entrance and remaining of under-aged people in the work market of the city of Fortaleza.

Key Words: under-aged people; work market.

INTRODUÇÃO

A história do ingresso prematuro de crianças e adolescentes no mercado de trabalho não é recente, tampouco expressa uma narrativa das mais agradáveis. Em vez de escola, brincadeiras e amigos, elas enfrentam árduo trabalho sofrendo não raro exploração superior àquelas enfrentadas pelo trabalhador adulto. Atualmente, no mundo, cerca de 250 milhões de crianças de 5 a 14 anos estão inseridas nesse campo (Galvão, 1998). As estatísticas são pouco expressivas sobre a realidade do trabalho do menor. Os continentes que mais utilizam o trabalho infantil são: Ásia, África e América Latina incluindo o Caribe (Galvão, 1998). Sabe-se que o Brasil é um dos países do continente americano que mais exploram o trabalho infantil.

Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar – PNAD de 1996 demonstrou que o trabalho infantil vem apresentando tendência de declínio. De 1992 para 1996, o número de crianças de 10 a 14 anos de idade trabalhando caiu de 3,5 milhões para 2,6 milhões e a sua participação no total da população ocupada declinou de 5,3% para 3,8%. O diferencial entre os gêneros permaneceu elevado e a atividade agrícola continuou concentrando cerca de 60% desta mão-de-obra infantil. Em quatro anos, a proporção de crianças trabalhando no contingente de 10 a 14 anos de idade passou de 27,0% para 20,1% entre os meninos e de 13,8% para 9,6% entre as meninas. Cabe ressaltar que a melhoria apontada por este indicador ainda é insuficiente para sequer atenuar a preocupação com a utilização da mão-de-obra infantil no país (IBGE, 1998).

No Brasil, em 1919, 15,0% da mão-de-obra das nossas indústrias de cerâmicas compunha-se de menores de quatorze anos. Nas indústrias alimentícias, metalúrgicas e químicas os percentuais oscilavam entre 8,0% e 9,0% e nos setores têxteis e de vestuário eram de 7,0% a 8,0%. Nessa época já era comum a figura do trabalhador infantil, não raro sofrendo exploração (Segatto, 1987).

Foi também nas primeiras décadas do século XX que começaram a surgir as primeiras “leis protetoras” do trabalho infantil.

Em nossos dias, o Estatuto da Criança e do Adolescente, datado em julho de 1990 - Lei 8.609, art. 60, relativo ao Direito a Profissionalização e a Proteção do Trabalho - proíbe qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz, garantindo-lhe acesso e frequência obrigatória ao ensino regular, além de atividade compatível com o seu desenvolvimento, em horário especial e bolsa de aprendizagem.

O que se encontra no cotidiano são crianças de 4 e 5 anos de idade na mendicância em locais insalubres e perigosos a qualquer hora do dia ou da noite, sem nenhuma proteção. Aquelas que se engajam no mercado informal agem automaticamente na tentativa de driblar as determinações do dia-a-dia da luta pela sobrevivência.

Segundo dados do IBGE, no país, 4 milhões e 500 mil crianças entre 5 a 14 anos trabalham. Deste total, 529 mil crianças têm entre 5 e 9 anos (Galvão, 1998). Em Fortaleza, dados da Prefeitura Municipal indicam que 5.500 meninos e meninas vivem na rua alijados pelo processo de empobrecimento e desagregação familiar, 15,0% dessas crianças sobrevivem de esmolas. Cerca de 3.900 adolescentes, entre 14 e 17 anos trabalham em empresas sem receber nenhum encargo social. Muitos deles desenvolvem essa atividade por conta própria e uma boa parcela dos “trabalhadores mirins” o fazem para o sustento da família como vendedores de esquina. (O POVO, 13 de abril de 1996). Nas ruas registra-se um maior número de meninos em relação às meninas. As meninas exercem principalmente a atividade de “mercadoria do prazer” como prostitutas. Estudo realizado pelo Núcleo Cearense de Pesquisa da Criança aponta para cerca de 2 mil meninas o número de garotas envolvidas com a prostituição.

O UNICEF divide o trabalho infantil em: serviço de empregada doméstica, trabalho escravo, em indústrias e plantações, de rua, para a família e das meninas (Galvão, 1998).

O estudo permitiu visualizar indicadores sociais em trabalhadores mirins no mercado formal e informal, família, gênero,

colocando em evidência as condições desumanas, e a exploração do menor com prejuízos para seu desenvolvimento como cidadãos num país de desigualdades.

OBJETIVOS

Discorrer sobre o trabalho infantil como problema de saúde pública, situando essa problemática no município de Fortaleza no período de julho a dezembro de 1997.

METODOLOGIA

Baseou-se numa revisão bibliográfica sobre a situação do menor no mercado de trabalho. Utilizou-se dados de uma pesquisa realizada pelo SINE-Ce sobre Ocupação e Desemprego, em Fortaleza, no período de julho a dezembro de 1997. Trabalhou-se as variáveis: ocupação, escolaridade, jornada de trabalho e remuneração por faixa etária.

Resultados e Comentários

O Índice de Desenvolvimento Humano é a média de três indicadores: *renda*, *escolaridade* e *expectativa de vida*. A média dos três indicadores situa o Ceará no 23º lugar entre os estados brasileiros em 1996. O Brasil no ranking dos países com maior

desenvolvimento humano encontra-se no 63º lugar. O desemprego, chegou a atingir 14,0% da população brasileira em virtude da baixa qualidade da força de trabalho (Falcão, 1996).

A inserção precoce do menor no mercado de trabalho demonstra uma das estratégias de sobrevivência das famílias das classes mais baixas da pirâmide social. As crianças, na maioria das vezes, são obrigadas a trabalhar em condições precárias e submetidas à exploração para obter remuneração insignificante. Segundo resultados da Pesquisa Ocupação e Desemprego, realizada em Fortaleza, no período de 1991 a 1997, pelo SINE/Ce, em média, verificou-se taxas anuais de ocupação, por faixa etária para o grupo de 15 a 19 anos de 23,9% e para o grupo de 10-14 anos de 3,3% por 100 mil menores, no mercado de trabalho (IBGE, 1998).

Quando utilizados os principais indicadores sobre o mercado de trabalho, constatou-se que a faixa de 15 a 19 anos constitui um grupo numericamente mais expressivos no que diz respeito ao ingresso dos jovens de 10 a 19 anos no mundo do trabalho. No ano de 1997, da população em idade ativa (PEA) na faixa de 10 a 19 anos, no município de Fortaleza, 22,7% encontravam-se entre 15 a 19 anos e 2,5% na faixa de 10 a 14 anos. (Tabela 1)

Tabela 1: Taxas anuais de ocupação e desemprego aberto, faixa etária, em Fortaleza, de 1991 a 1997

Ano	Indicadores					
	Ocupação			Desemprego Aberto		
	10-14	15-19	10-19	10-14	15-19	10-19
1991	3,96	25,50	14,73	9,06	24,02	22,33
1992	2,79	22,91	12,69	10,89	25,27	23,89
1993	3,61	23,86	13,42	10,27	23,83	22,20
1994	3,42	23,64	13,23	9,01	22,86	21,27
1995	3,26	25,71	14,37	7,90	20,43	19,17
1996	3,29	23,40	13,51	9,22	23,32	21,86
1997	2,54	22,68	14,73	8,88	23,97	22,33

FONTE: Pesquisa Direta - Variedade de Informação, SINE/Ce

As categorias ocupacionais que se apresentam como maiores opções ao "trabalho mirim" foram: empregado público 6,7%; empregado doméstico 19,3%; empregado particular 59,8%; trabalhador

familiar 4,6%; autônomo 9,4%; empregador 0,1%. Esses dados diferem do quadro nacional que aponta a atividade agrícola como a principal atividade da mão-de-obra infantil. (Tabela 2).

Tabela 2: população ocupada de 10 a 19 anos, por categoria ocupacional, em Fortaleza, no período de julho a dezembro/1997

Categoria/Ocupacional	Faixa Etária		
	10-14	15-19	10-19
Empregado Público	5,93	6,78	6,71
Empregado Doméstico	25,42	18,78	19,34
Empregado Particular	47,47	60,95	59,82
Trabalho Familiar	11,86	3,90	4,57
Autônomo	9,32	9,43	9,42
Empregador	-	0,16	0,14
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: Pesquisa Direta - Variedade de Informação, SINE/Ce

O nível de remuneração concentra de ½ a 1 salário o maior percentual (42,3%) vindo

em seguida o grupo de 1 a 2 salários com 21,8%. (tabela 3)

Tabela 3: Nível de remuneração da atividade principal dos ocupados de 10 a 19 anos de idade, em Fortaleza, no período de julho a dezembro/1997

Faixa de Salário (SM)	Faixa Etária		
	10-14	15-19	10-19
Sem Remuneração	16,10	9,59	10,14
0 a 1/2	50,01	15,59	18,49
1/2 a 1	26,27	43,72	42,24
1 a 2	5,93	23,30	21,84
>2	1,69	6,16	5,79
Não Informou	-	1,64	1,50
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: Pesquisa Direta - Variedade de Informação, SINE/Ce

Da população ocupada, 56,5% estão freqüentando a escola. Dos 42,1% que afirmaram não estarem estudando, justificaram não o fazerem porque:

- são menores que precisam trabalhar;
- os pais não têm condições de pagar a mensalidade escolar;
- já terminaram o curso desejado;

– têm problemas domésticos e/ou familiares;

– por falta de interesse e/ou por não gostarem, entre outros.

Os pobres brasileiros, 41,9 milhões (30,2% da população) têm problemas comuns: baixa qualidade da força de trabalho em virtude da baixa escolaridade; grande quantidade de famílias com crianças e idosos no ócio, sem estudar ou trabalhar, diminuindo dessa forma as oportunidades de ascensão

social e melhoria da qualidade de vida (Falcão, 1996).

A população de crianças fora da escola (em mil) no Nordeste representa 66,6% desse grupo específico no país. O melhor índice de educação encontrado em pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA é fornecido pelos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Rio de Janeiro e Santa Catarina (IBGE, 1998) (Tabelas 4 e 5).

Tabela 4: Percentagem da população ocupada de 10 a 19 anos, segundo a situação de estudo atual, em Fortaleza, no período de julho a dezembro/1997

Opções	Faixa Etária		
	10-14	15-19	10-19
Sim, está freqüentando a escola regular	83,05	54,00	56,47
Sim, está preparando-se para vestibular, concurso, supletivo, etc	-	1,56	1,43
Não, pois é um menor que precisa trabalhar	3,39	0,47	0,71
Não, pois os pais não têm condições de pagar as mensalidades	0,85	0,16	0,21
Não, porque já terminou o curso desejado	1,69	7,79	7,28
Não, por causa de problemas domésticos/ e ou familiares	0,85	3,98	3,71
Não, pois não têm interesse, não gosta de estudar	10,17	28,14	26,62
Outros	-	3,90	3,57

Fonte: Pesquisa Direta - Variedade de Informação, SINE/Ce

Obs: % relativo ao item sobre o contingente específico populacional.

Tabela 5: População ocupada de 10 a 19 anos, por graus de instrução, em Fortaleza, no período de julho a dezembro/1997

Grau de Instrução	Faixa Etária		
	10-14	15-19	10-19
Analfabeto	4,24	1,64	1,86
Alfabetizado	4,24	1,95	2,14
1º grau incompleto	90,67	59,15	61,81
1º grau completo	-	3,20	2,93
2º grau incompleto	0,85	23,38	21,48
2º grau completo	-	9,35	8,57
Superior incompleto	-	1,33	1,21
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: Pesquisa Direta - Variedade de Informação, SINE/Ce

Os setores que absorvem com maior frequência menores no mercado de trabalho podem ser assim relacionados: a indústria de atividade, construção civil, serviços e

comércio. A jornada média de trabalho semanal foi de 35,38 horas para o grupo de 10 a 14 anos e de 38,86 horas para a faixa de 15 a 19 anos (Tabela 6).

Tabela 6: Jornada de média de horas semanais trabalhadas pelos ocupados de 10 a 19 anos, segundo o subsetor de atividade, em Fortaleza, no período de julho a dezembro/1997

Subsetor de Atividade	Faixa Etária		
	10-14	15-19	10-19
Indústria de Atividade	36,30	40,47	40,03
Construção Civil	-	40,41	40,41
Serviços	36,45	38,63	38,46
Comércio	35,76	40,35	39,90

Fonte: Pesquisa Direta - Variedade de Informação, SINE/Ce

Conclusões

A força de trabalho infantil no município de Fortaleza apresenta as seguintes características:

- Está mais concentrada nos adolescentes de 15 a 19 anos, com taxas anuais de ocupação de 23,9 por 100 mil menores;
- Trabalham e estudam concomitantemente, 56,5%;
- Parte desse contingente (42,1%) não estuda por falta de interesse ou por necessidade de trabalhar;
- Possui nível de escolaridade de 1º grau incompleto, 61,8%;
- Estão inseridos principalmente nos ramos de atividades ligados aos subsetores, serviços e comércio;
- A maioria está trabalhando em ocupações de menor qualidade em virtude da baixa escolaridade;
- Tem uma jornada média normal, exceto a força de trabalho de 10 a 14 anos (39 horas/semana);
- Recebe remuneração média entre ½ e 2 salários mínimos, dependendo do grupo etário

- Os fatores econômicos e sociais têm grande influência sobre a entrada e permanência do menor no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CEARÁ. Sistema Nacional de Emprego – SINE. **Ocupação e desemprego no município de Fortaleza**, Fortaleza, dez. 1997.
- CEARÁ. Sistema Nacional de Emprego – SINE. **O menor no mercado de trabalho de Fortaleza**, Fortaleza, jan-jun 1995.
- FALCÃO, Daniela. A situação do Brasil piorou, aponta a ONU. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18, jun. 1996. p. 6.
- GALVÃO, E. Os países que marcham contra o trabalho infantil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28, fev. 1998. p.5-8, c.5.
- MÃO-DE-OBRA mais barata que não cobra encargos sociais. **O POVO**, Fortaleza, 14, abr. 1996.
- UNICEF. **Para a erradicação do trabalho infantil** – Jornalivos: Edição especial dedicada ao 50º aniversário.

O PROBLEMA do menor de rua é agravado pela prostituição infantil. **O POVO**, Fortaleza, 13, abr. 1996.

BRASIL, Leis e decretos. **Estatuto da criança e do adolescente (ECA)**: lei nº 8.069, de 15 de julho de 1990. São Paulo : Cortez, 1991.

SAGATTO, J.A. As condições de existência. In: **A formação da classe operária no Brasil**. Rio Grande do Sul : Mercado Aberto, 1987.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – PNAD/1996.

IBGE. Carta IBGE, ano III - 1998. Ed. Especial.